

# QUEREMOS PAZ SEM VINGANÇA

— Presidente da República no comício em que explicou os resultados da cimeira de Roma

O Presidente da República, Joaquim Chissano, disse no último sábado, em Maputo, que é necessário que toda a população contribua para que a paz venha o mais rapidamente possível no país. «Queremos a paz hoje e não amanhã. Queremos uma paz harmoniosa, uma paz de tranquilidade e sem vinganças», conforme frisou o Chefe do Estado moçambicano.

Chissano, que falava no decurso de um comício popular que orientou para, segundo as suas palavras, dar o relatório do seu primeiro encontro directo com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, disse que a única coisa que não se conseguiu trazer de Roma foi a cessação de todas as hostilidades armadas.

Para o Presidente da República não há razão da continuação dessas hostilidades pois, segundo afirmou, mesmo antes do seu encontro no passado dia 7 do mês em curso com o líder da Renamo, na capital italiana, as garantias exigidas por aquele movimento armado haviam sido dadas.

«Não compreendo porque é que continuam as hostilidades e nada justifica a continuação das matanças que ainda se verificam» — disse o Presidente Joaquim Chissano, acrescentando que somos nós os moçambicanos que devemos construir a paz.

O Presidente da República, que disse ser este também um apelo para os elementos da Renamo, referiu que a paz, em Moçambique, é necessária e Chissano considerou que o controlo e verificação do processo de paz são coisas secundárias. «Devemos fazer a

paz e foi isto que não conseguimos trazer de Roma» — disse o Chefe do Estado moçambicano que, na ocasião, destacou a necessidade de toda a população envidar esforços nesse sentido.

Depois de referir que no seu encontro com o líder da Renamo não só se apertaram as mãos e se abraçaram como símbolo de que devia haver paz e reconciliação no país, Chissano considerou que para os africanos, um

aperto de mão ou abraço tem mais significado do que a assinatura de qualquer documento.

Falando sobre o próprio encontro com Dhlakama, o Presidente Joaquim Chissano disse que apesar de não ter resultado num acordo de cessar-fogo, nele foram estabelecidos prazos para que as delegações em Roma concluam a discussão de todos os pontos em negociação até ao próximo dia 1 de Outubro.

Na ocasião, o Chefe do Estado

moçambicano anunciou para esta semana o lançamento de um apelo às Nações Unidas para apoiarem o controlo e verificação da implementação de todos os protocolos acordados no processo negocial de paz moçambicano.

Antes, o Presidente da República explicou detalhadamente durante três horas e meia o que foi a longa marcha que levou o Governo às conversações de Roma e ao encontro Chissano/Dhlakama com vista ao restabelecimento da paz no país.

Depois de referir que há conversações porque há conflito, Chissano recordou que muita coisa foi dita sobre a natureza desse conflito motivado de interesses externos. Foi com intenção de acabar ou diminuir ao máximo o apoio externo prestado à Renamo que o Governo moçambicano assinou com o sul-africano o Acordo de Nkomati em 1984, conforme explicou o Presidente Joaquim Chissano.

«Portanto, era importante para nós eliminar essa componente externa» — frisou Chissano, que entretanto reconheceu isso como não tendo sido fácil para que os moçambicanos pudessem resolver os seus problemas.

O Presidente da República fez um das

primeiras tentativas em Outubro de 1984 de se estabelecerem conversações com a Renamo e da recusa desta, da intensificação de apoios externos e das acções armadas daquela organização, do papel desempenhado pelo director

executivo da multinacional britânica LONRHO. Tiny Rowlands, do Presidente zimbabueano Robert Mugabe e de outras individualidades e organizações religiosas nacionais e internacionais.

O empenho daquelas entidades na procura da paz para Moçambique, segundo explicou o Presidente Chissano, foi apoiado pelo próprio Governo moçambicano, sem no entanto encontrar uma resposta positiva da parte da Renamo.

Foi devido a isto que no quadro dos esforços envidados pelo Governo para o restabelecimento da paz no país, que se aprovou e decretou a Lei de Amnistia Geral para, segundo afirmou o Presidente da República, garantir aos homens da Renamo que nada havia de lhes acontecer. «Era uma garantia de que nenhum tribunal lhes havia de perseguir, nenhum polícia havia de lhes prender, porque tinham uma amnistia total e completa».

Depois de referir que era difícil aceitar que quem matou não cometeu crime e assim podia viver sem pesadelo desde que se apresentasse às autoridades, Chissano disse que o povo aceitou isso porque queria a paz. «Foi nessa altura que o povo moçambicano começou a dar garantias palpáveis mas que a direcção da Renamo rejeitou».

Acrescentou que muitas pessoas se perguntam até hoje o porquê dessa recusa da Renamo à amnistia que foi aprovada e decretada numa altura em que o Partido Frelimo preparava o seu 5º Congresso que introduziu muitas transformações políticas e sociais com implicações na vida do país, através do desenvolvimento do exercício democrático.

A base do início dessa democracia, conforme considerou o Presidente Chissano, foi o envolvimento de toda a população na revisão da Constituição da República, cujos documentos de anteprojecto foram enviados à Renamo através do Quénia para que também pudesse se pronunciar sobre a futura lei fundamental do país.

Foi depois das discussões havidas na revisão da Constituição que se adoptou o multipartidarismo no país, abrindo-se assim cada vez mais as garantias aos cidadãos que queriam se opor ao Governo dentro dos parâmetros internacionais sobre o que se entende da democracia.

Contudo, segundo Chissano, isso também foi rejeitado pela Renamo. Disse que no seu encontro com Dhlakama, este continuou a exigir garantias de que os seus homens não seriam perseguidos, queriam garantias substanciadas na lei.

Ele tinha uma lista de 34 artigos da Constituição que queria que fossem suspensos. Da análise feita constatou-se que queriam que fossem suspensos tais artigos porque não gostavam deles ou porque não entendiam» — disse o Presidente da República, acrescentando que não basta que uma pessoa não goste de uma cláusula para que esta seja suspensa «porque se assim fosse não teríamos leis».

17. 8. 1992

DA NOTÍCIAS DEL